REVISTA PRÁXIS Educacional

10.22481/praxisedu.v22i53.21117

ARTIGO

EXPANSÃO, INTERIORIZAÇÃO E QUALIDADE DA PÓS-GRADUAÇÃO NA BAHIA: TENDÊNCIAS RECENTES E IMPLICAÇÕES

EXPANSION, REGIONALIZATION, AND QUALITY OF GRADUATE EDUCATION IN BAHIA: RECENT TRENDS AND IMPLICATIONS

EXPANSIÓN, INTERIORIZACIÓN Y CALIDAD DEL POSGRADO EN BAHÍA: TENDENCIAS RECIENTES Y IMPLICACIONES

Robert Verhine [1] 0000-0002-5157-3680
Dora Leal Rosa [1] 0009-0009-0688-5333

[1] Universidade Federal da Bahia, Salvador BA, Brasil; rverhine@gmail.com, doralr@ufba.br

Resumo:
Este artigo analisa as tendências recentes da pós-graduação stricto sensu na Bahia, com ênfase nos processos de expansão, diversificação, interiorização e qualificação do sistema. A análise baseia-se principalmente em dados da CAPES referentes ao período de 2013 a 2024, complementados por informações mais recentes do CNPq, da FAPESB e de outras fontes oficiais. Os resultados mostram crescimento expressivo do número de programas, docentes, discentes e titulados, acompanhado pela ampliação da formação doutoral e profissional, pela expansão da produção científica e pela melhoria das notas atribuídas pela CAPES. Destaca-se, igualmente, o avanço da interiorização, não apenas pela disseminação territorial dos programas, mas também pelo fortalecimento da capacidade de formação e produção científica fora de Salvador. Apesar desses avanços, persistem importantes assimetrias. A participação baiana nos estratos superiores da avaliação permanece inferior à média nacional, a excelência continua institucionalmente concentrada, algumas áreas do conhecimento apresentam presença reduzida e o financiamento estadual revela limitações. Conclui-se que o principal desafio da pós-graduação baiana desloca-se progressivamente da expansão quantitativa para a consolidação qualitativa, implicando fortalecer programas existentes, aprofundar a interiorização acadêmica, reduzir desequilíbrios disciplinares e ampliar a estabilidade das políticas estaduais de fomento.
Palavras-chave: pós-graduação; Bahia; educação superior; políticas educacionais.

Abstract:
This article analyzes recent trends in stricto sensu graduate education in Bahia, Brazil, focusing on the expansion, diversification, regionalization, and qualitative development of the system. The analysis is based primarily on CAPES data covering 2013–2024, supplemented by more recent information from CNPq, FAPESB, and other official sources. The findings reveal substantial growth in the number of graduate programs, faculty members, students, and degree recipients, accompanied by increased doctoral and professional education, expanding scientific output, and improvement in CAPES program ratings. Regionalization also advanced significantly, not only through the geographic spread of graduate programs but also through strengthened capacity for advanced training and scientific production outside Salvador. Despite these advances, important asymmetries persist. Bahia remains underrepresented in the highest levels of CAPES evaluation, academic excellence continues to be institutionally concentrated, some fields of knowledge remain comparatively underrepresented, and state-level funding

RECEBIDO: 28 de agosto de 2026 | APROVADO: 9 de novembro de 2026 | PUBLICADO: 12 de outubro de 2026

presents significant limitations. The article concludes that the principal challenge facing graduate education in Bahia is progressively shifting from quantitative expansion to qualitative consolidation, with implications for strengthening existing programs, deepening academic regionalization, reducing disciplinary imbalances, and ensuring greater stability in state research and graduate-education funding policies.
Keywords: graduate education; Bahia; higher education; educational policy.

Resumen:
Este artículo analiza las tendencias recientes del posgrado stricto sensu en Bahía, Brasil, con énfasis en los procesos de expansión, diversificación, interiorización y fortalecimiento cualitativo del sistema. El análisis se basa principalmente en datos de la CAPES correspondientes al período 2013–2024, complementados con información más reciente del CNPq, de la FAPESB y de otras fuentes oficiales. Los resultados muestran un crecimiento significativo del número de programas, docentes, estudiantes y titulados, acompañado por la ampliación de la formación doctoral y profesional, el aumento de la producción científica y la mejora de las calificaciones otorgadas por la CAPES. También se destaca el avance de la interiorización, no solo mediante la expansión territorial de los programas, sino también por el fortalecimiento de la capacidad de formación y producción científica fuera de Salvador. A pesar de estos avances, persisten importantes asimetrías. La participación de Bahía en los niveles superiores de evaluación continúa por debajo del promedio nacional, la excelencia permanece institucionalmente concentrada, algunas áreas del conocimiento presentan una presencia reducida y el financiamiento estatal muestra limitaciones. Se concluye que el principal desafío del posgrado bahiano se desplaza progresivamente de la expansión cuantitativa hacia la consolidación cualitativa, con implicaciones para el fortalecimiento de los programas existentes, la profundización de la interiorización académica, la reducción de desequilibrios disciplinares y una mayor estabilidad de las políticas estatales de fomento.
Palabras clave: posgrado; Bahía; educación superior; políticas educativas.

Introdução

A pós-graduação stricto sensu ocupa posição central no desenvolvimento científico, tecnológico e educacional do Brasil. Desde sua institucionalização, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) expandiu-se expressivamente, diversificou-se e consolidou mecanismos próprios de avaliação e financiamento. Esse crescimento, entretanto, ocorreu de maneira desigual no território nacional, mantendo-se importantes assimetrias regionais na distribuição dos programas, na formação de mestres e doutores, na produção científica e na presença de programas considerados de excelência (CAPES, 2026; Tischer; Turnes, 2024).

Nesse contexto, a Bahia constitui um caso particularmente relevante. O estado possui um dos maiores sistemas de pós-graduação do país e ocupa posição destacada no Nordeste, mas combina essa dimensão com desigualdades internas e indicadores que, em aspectos importantes, permanecem inferiores aos nacionais. Sua trajetória recente permite, portanto,

examinar uma questão que ultrapassa o próprio estado: em que medida a expansão de um sistema regional de pós-graduação é acompanhada por interiorização, diversificação, melhoria da qualidade e fortalecimento de sua capacidade científica?

A configuração atual da pós-graduação baiana resulta de um processo iniciado há mais de meio século. Embora existissem anteriormente experiências de formação pós-graduada e de doutoramento, a pós-graduação stricto sensu nos moldes definidos pelo Parecer CFE nº 977/1965 começou a institucionalizar-se na Universidade Federal da Bahia (UFBA) no final da década de 1960. Em 1967, o Conselho Universitário aprovou a criação dos primeiros mestrados, dos quais Química e Ciências Humanas iniciaram suas atividades em 1968. Durante as décadas seguintes, a UFBA permaneceu como principal núcleo da pós-graduação e da pesquisa no estado e, até 2000, como a única universidade baiana a oferecer cursos stricto sensu (Rosa; Verhine; Oliveira, 2018). A expansão posterior das universidades estaduais, a criação de novas universidades federais e a participação crescente de outras instituições modificaram progressivamente esse quadro, produzindo um sistema mais diversificado e territorialmente desconcentrado.

Essa transformação foi particularmente intensa nas últimas décadas. A pós-graduação, antes fortemente concentrada na UFBA e em Salvador, expandiu-se para diferentes instituições e regiões do estado. Ao mesmo tempo, cresceram o número de programas, a formação de mestres e doutores e a produção científica, acompanhados por mudanças na distribuição entre programas acadêmicos e profissionais e por avanços nos indicadores de qualidade. Tais mudanças, contudo, não eliminaram importantes assimetrias relacionadas à distribuição por áreas do conhecimento, à presença de programas de excelência, à capacidade de pesquisa e às condições de financiamento. Expansão e consolidação, portanto, constituem processos relacionados, mas não necessariamente coincidentes.

Diante desse quadro, o artigo analisa a evolução recente da pós-graduação stricto sensu na Bahia, procurando responder à seguinte questão: em que medida a expansão observada entre 2013 e 2024 foi acompanhada por processos de interiorização, diversificação e elevação da qualidade, e quais assimetrias permanecem em relação ao sistema nacional? Parte-se da hipótese de que a Bahia experimentou significativo crescimento e fortalecimento institucional, mas que esses avanços ocorreram de maneira desigual entre diferentes dimensões do sistema. A expansão quantitativa e territorial não teria sido acompanhada, na mesma intensidade, por convergência em termos de excelência, equilíbrio disciplinar, liderança científica e sustentabilidade do financiamento.

Tomando como ponto de partida análise anteriormente desenvolvida por Verhine e Rosa (2026) sobre as implicações do Plano Nacional de Pós-Graduação para a Bahia, este artigo aprofunda o exame das tendências recentes da pós-graduação no estado, com ênfase nos processos de expansão, interiorização, diversificação e qualificação.

A análise das principais tendências concentra-se no período de 2013 a 2024, último ano para o qual estavam disponíveis, no momento da elaboração do artigo, os dados consolidados das séries históricas fornecidas pela CAPES. Para caracterizar de maneira mais atualizada a situação da pós-graduação e da pesquisa no estado, incorporam-se também informações complementares do CNPq, da FAPESB e de outras fontes, utilizando-se o dado oficial mais recente disponível até meados de 2026. Alguns indicadores específicos, particularmente aqueles referentes ao financiamento e ao fomento, alcançam, assim, o ano de 2025. Com base nesse conjunto de informações, busca-se não apenas descrever o crescimento da pós-graduação baiana, mas compreender em que medida ele tem sido acompanhado pela redução das desigualdades territoriais, pelo fortalecimento da qualidade e pela ampliação da capacidade regional de produção de conhecimento.

Dados e procedimentos de análise

O estudo tem como unidade principal de análise a pós-graduação stricto sensu no estado da Bahia, considerada tanto em sua evolução interna quanto em sua posição relativa no Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG).[1] A análise das tendências compreende prioritariamente o período de 2013 a 2024. A escolha de 2013 como ponto inicial permite acompanhar mais de uma década de transformações recentes do sistema baiano, enquanto 2024 corresponde ao último ano para o qual estavam disponíveis, no momento da realização do estudo, dados consolidados das principais séries históricas utilizadas.

A principal fonte de informações é a CAPES. Os dados longitudinais relativos aos programas de pós-graduação, docentes, discentes e produção intelectual foram fornecidos pela própria Agência, mediante solicitação dos autores, e organizados de forma a permitir a comparação da situação existente em 2013 com sua evolução até 2024.[2] Informações complementares foram obtidas na Plataforma Sucupira e no GeoCAPES (CAPES, 2025a)

[1] Neste manuscrito, utilizou-se ferramenta de inteligência artificial generativa (ChatGPT) exclusivamente como apoio editorial. A concepção do artigo, a formulação dos argumentos, a seleção e interpretação das evidências e as conclusões são de responsabilidade integral dos autores.

[2] Os dados longitudinais referentes ao período 2013–2024 foram fornecidos pela Diretoria de Avaliação da CAPES (DAV), mediante solicitação dos autores, em 10 de fevereiro de 2026. Informações complementares foram consultadas na Plataforma Sucupira (CAPES, 2025b) e no GeoCAPES (CAPES, 2025a)

especialmente para a caracterização da distribuição institucional e territorial dos programas e dos resultados da avaliação. Foram considerados programas de pós-graduação stricto sensu reconhecidos pela CAPES, distinguindo-se, quando pertinente à análise, programas acadêmicos e profissionais, mestrados e doutorados, localização em Salvador e no interior, natureza administrativa das instituições e grandes áreas do conhecimento.

A análise utiliza predominantemente estatísticas descritivas, com ênfase na evolução dos valores absolutos, nas variações percentuais ao longo do período e na participação relativa da Bahia no sistema nacional. Sempre que os dados permitem, os indicadores estaduais são comparados aos correspondentes valores brasileiros, de modo a distinguir crescimento absoluto de avanço relativo. Em alguns casos, particularmente quando se examinam indicadores de qualidade, pesquisa e financiamento, são também realizadas comparações com outros estados do Nordeste, sobretudo Pernambuco e Ceará, que constituem referências regionais importantes na pós-graduação e na produção científica.

A delimitação de 2013 a 2024 aplica-se às principais séries utilizadas para identificar tendências e não significa que todas as informações apresentadas no artigo tenham 2024 como ano final. Com o objetivo de oferecer o diagnóstico mais atualizado possível no momento da elaboração do estudo, concluído em meados de 2026, foram incorporados indicadores complementares provenientes do CNPq, da FAPESB e de outras fontes, utilizando-se a informação oficial mais recente disponível para cada variável. Assim, determinados dados sobre grupos e pesquisadores referem-se a 2023, enquanto algumas informações sobre fomento, bolsas e financiamento alcançam 2025. Em todos esses casos, o respectivo ano de referência é indicado no texto, evitando-se tratar informações produzidas em períodos distintos como se pertencessem a uma única série temporal.

Os dados do CNPq são utilizados para examinar aspectos da capacidade de pesquisa instalada no estado e do financiamento federal à pesquisa, incluindo grupos e linhas de pesquisa, pesquisadores, Bolsas de Produtividade em Pesquisa e outras modalidades de fomento. As informações sobre fomento foram obtidas no Painel de Fomento em Ciência, Tecnologia e Inovação do CNPq.[3] As informações relativas ao financiamento estadual provêm de dados fornecidos pela FAPESB e de fontes da própria Fundação (FAPESB, 2025). Para as comparações da FAPESB com outras fundações estaduais de amparo à pesquisa e com as agências federais de fomento, foram utilizados também dados disponibilizados pelo Centro de

[3] Ver Painel de Fomento em Ciência, Tecnologia e Inovação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, (2025)

Estudos Sociedade, Universidade e Ciência (Sou Ciência, 2025).[4] Esses indicadores possuem função complementar: não são utilizados para prolongar artificialmente as séries da CAPES encerradas em 2024, mas para oferecer uma caracterização mais recente de dimensões relevantes da capacidade científica e das condições de financiamento da pós-graduação baiana.

A interpretação dos resultados considera conjuntamente cinco dimensões: expansão, entendida como crescimento da oferta e da capacidade de formação; interiorização, referente à desconcentração territorial dos programas e de suas atividades; diversificação, expressa pela distribuição institucional, disciplinar e por modalidade; qualidade, examinada principalmente por meio dos resultados da avaliação da CAPES e de indicadores de produção e capacidade científica; e sustentabilidade, relacionada às condições de financiamento da pós-graduação e da pesquisa. Essas dimensões são analisadas de forma articulada, buscando verificar não apenas se o sistema baiano cresceu no período, mas em que medida esse crescimento foi acompanhado por mudanças qualitativas e pela redução das assimetrias que historicamente caracterizam sua inserção no sistema nacional.

Expansão, diversificação e interiorização da pós-graduação baiana

A trajetória da pós-graduação na Bahia entre 2013 e 2024 foi marcada por três processos estreitamente relacionados: expansão quantitativa, diversificação institucional e interiorização da oferta. Em conjunto, essas tendências modificaram de maneira significativa uma configuração historicamente caracterizada pela concentração dos programas em uma única instituição e, consequentemente, na capital do estado. Como assinalado anteriormente, até o ano 2000 todos os programas de pós-graduação stricto sensu existentes na Bahia eram oferecidos pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). A partir do início do século XXI, entretanto, esse quadro começou a mudar com a participação crescente das universidades estaduais, a criação de novas universidades federais e a incorporação de outras instituições públicas e privadas à oferta de pós-graduação.

A expansão quantitativa foi expressiva. Em 2000, a Bahia contava com apenas 36 programas de pós-graduação; em 2010, esse número havia aumentado para 123. Considerando especificamente o período analisado neste artigo, o total passou de 160 programas em 2013

[4] Ver painéis do Centro de Estudos Sociedade, Universidade e Ciência (Sou Ciência, 2025). Os dados foram utilizados nas comparações entre o financiamento das fundações estaduais de amparo à pesquisa e das agências federais. Informações adicionais sobre a FAPESB foram fornecidas pela Fundação.

para 211 em 2024, correspondendo a um crescimento de 31,9%. A expansão ocorreu de forma relativamente contínua até o final da década de 2010, mas perdeu intensidade a partir de 2020. Entre 2019 e 2024, o número de programas passou de 207 para apenas 211, indicando uma clara desaceleração, associada, pelo menos em parte, aos efeitos da pandemia de Covid-19.

A relativa estabilização do número total de programas após 2019, contudo, não significa ausência de transformação. Ao contrário, a composição da oferta continuou a se modificar. Um dos movimentos mais importantes foi a ampliação dos programas que oferecem simultaneamente mestrado e doutorado, enquanto algumas modalidades constituídas exclusivamente pelo mestrado diminuíram. Essa mudança indica que parte da expansão recente ocorreu não apenas pela criação de novos programas, mas pelo amadurecimento de programas existentes, que passaram a incorporar o nível de doutorado. Em 2024, por exemplo, existiam apenas três programas que ofereciam exclusivamente o doutorado, enquanto a oferta do doutorado profissional, modalidade regulamentada mais recentemente, permanecia ainda incipiente.

Essa tendência aparece também no contingente discente. Entre 2013 e 2024, o número de pós-graduandos na Bahia aumentou 79,6%, crescimento consideravelmente superior aos 44,2% registrados no país. Mais significativo para a diversificação da formação é o fato de que o número de doutorandos cresceu 117,5%, frente a 64,4% entre os mestrandos. Paralelamente, enquanto o contingente de estudantes vinculados aos programas acadêmicos aumentou 62,9%, aquele associado aos programas profissionais cresceu 192,2%. Esses resultados sugerem que a expansão baiana não consistiu apenas na multiplicação de ofertas: envolveu também maior presença da formação doutoral e das modalidades profissionais, ampliando a diversidade interna do sistema.

Uma segunda dimensão da diversificação refere-se às instituições responsáveis pela oferta. O monopólio exercido pela UFBA até 2000 foi rompido no início do século XXI e, desde então, a pós-graduação passou a ser oferecida por um conjunto crescente de instituições. No início de 2026, 17 instituições mantinham cursos stricto sensu na Bahia, incluindo cinco universidades federais, quatro estaduais, três instituições federais não universitárias e cinco estabelecimentos privados. Embora a UFBA permanecesse claramente como a maior instituição do sistema, com 69 ofertas, as universidades estaduais haviam assumido participação importante, destacando-se a UEFS, a UESC, a UNEB e a UESB. A expansão federal também contribuiu para essa diversificação, especialmente com a criação da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) e da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB).

Essa diversificação institucional encontra sua expressão territorial mais importante no processo de interiorização. Em 2013, apenas 13 municípios baianos ofereciam cursos de pós-graduação stricto sensu. Em 2024, esse número havia aumentado para 23, e mais da metade das ofertas de programas já se encontrava fora de Salvador. A mudança decorreu tanto da criação de novas instituições, particularmente universidades federais implantadas fora da capital, quanto da expansão de universidades já existentes, sobretudo por meio de estruturas multicampi. A interiorização da pós-graduação baiana não pode, portanto, ser entendida simplesmente como deslocamento geográfico de cursos: ela está vinculada à transformação da própria base institucional do sistema.

Os diferentes indicadores, entretanto, mostram que a interiorização não ocorreu com a mesma intensidade em todas as dimensões. A distribuição territorial dos estudantes, por exemplo, modificou-se menos acentuadamente do que a dos programas e docentes: entre 2013 e 2024, os contingentes discentes de Salvador e do interior cresceram segundo trajetórias relativamente semelhantes. Quando se consideram os titulados, porém, a mudança é muito mais evidente. No período analisado, o número anual de concluintes no interior aumentou 95,2%, enquanto em Salvador o crescimento foi de apenas 27,4%. Apesar disso, a capital ainda respondia, em 2024, por 55,3% das titulações. Esses dados sugerem que a interiorização já alterou substancialmente a capacidade de formação avançada fora da capital, embora Salvador continue exercendo papel central no sistema.

A diversificação também se manifesta na distribuição por áreas do conhecimento, mas, nesse caso, os resultados revelam importantes desequilíbrios. A Área Multidisciplinar tornou-se particularmente expressiva, enquanto as Engenharias permanecem relativamente pouco representadas. No início de 2026, havia apenas dez programas de Engenharia no estado, equivalentes a 4,4% do total, frente a 9,3% no conjunto do país. Ciências Biológicas e Ciências Agrárias também apresentavam participação relativamente inferior à nacional, enquanto Linguística/Letras e, sobretudo, a Área Multidisciplinar encontravam-se sobrerrepresentadas. A expansão, portanto, produziu maior diversidade institucional e territorial, mas não necessariamente maior equilíbrio entre os diferentes campos do conhecimento.

Consideradas em conjunto, essas tendências revelam uma transformação estrutural da pós-graduação baiana. Entre 2013 e 2024, o sistema tornou-se maior, institucionalmente mais diversificado e territorialmente menos concentrado. Ao mesmo tempo, aumentou a importância relativa do doutorado e dos programas profissionais, enquanto instituições estaduais e novas universidades federais passaram a desempenhar papel crescente fora da capital. O resultado é

um sistema substancialmente distinto daquele historicamente organizado em torno da UFBA e de Salvador.

A expansão, contudo, não deve ser confundida com consolidação plena. A desaceleração na criação de programas após 2019, a persistência de diferenças entre capital e interior e os desequilíbrios entre áreas do conhecimento mostram que o crescimento quantitativo ocorreu de maneira diferenciada. Torna-se necessário, portanto, examinar se a ampliação e diversificação da oferta foram acompanhadas por fortalecimento equivalente da capacidade acadêmica do sistema. Essa questão conduz à análise do corpo docente e discente, da qualidade dos programas e de sua capacidade de formação, dimensões abordadas na seção seguinte.

Qualificação, formação e produção científica

A expansão e a diversificação da pós-graduação baiana analisadas na seção anterior adquirem maior significado quando examinadas em relação à qualificação dos programas, à capacidade de formação de mestres e doutores e à produção de conhecimento. Os dados disponíveis para 2013–2024 indicam avanços importantes nessas três dimensões. O crescimento quantitativo foi acompanhado pela ampliação e qualificação do corpo docente, pelo aumento das titulações, particularmente no doutorado, e por expressiva elevação da produção científica. Ao mesmo tempo, persistem diferenças relevantes em relação ao conjunto do país, sobretudo nos níveis mais elevados de excelência acadêmica.

Uma primeira aproximação à qualidade do sistema pode ser feita por meio das notas atribuídas pela CAPES aos programas de pós-graduação. Embora essas notas não esgotem as múltiplas dimensões da qualidade acadêmica, constituem o único indicador resultante de uma avaliação sistemática que abrange o conjunto dos programas brasileiros. Além disso, possuem consequências concretas, uma vez que notas mais elevadas estão associadas ao reconhecimento de níveis superiores de formação e ao acesso a determinadas modalidades de financiamento. No sistema vigente no período aqui considerado, a nota 3 representava o patamar mínimo satisfatório, a nota 5 caracterizava programas consolidados e as notas 6 e 7 identificavam programas considerados de excelência.

A evolução observada na Bahia foi claramente positiva. Em 2013, metade dos 158 programas avaliados possuía nota 3, apenas 15,1% alcançavam nota 5 ou superior e somente 0,3% atingiam as notas 6 ou 7. Em 2024, entre os 192 programas avaliados pela CAPES considerados na base utilizada neste estudo, a proporção com nota 3 havia diminuído para

28,1%, enquanto 25,0% alcançavam pelo menos a nota 5 e 6,3% encontravam-se nos níveis 6 ou 7. O número de programas classificados como de excelência passou de quatro para doze no período. Trata-se de uma mudança relevante na composição qualitativa do sistema, pois ocorreu simultaneamente à expansão do número de programas.

O avanço, entretanto, deve ser relativizado pela comparação nacional. No conjunto do país, 38,9% dos programas alcançavam nota 5 ou superior e 15,3% situavam-se nos níveis 6 ou 7, percentuais substancialmente superiores aos 25,0% e 6,3% observados na Bahia. Além disso, os programas baianos de maior qualidade permaneciam concentrados em poucas instituições, com forte predominância da UFBA. Assim, a tendência é dupla: a Bahia avançou consideravelmente em relação à sua própria situação no início do período, mas não eliminou a distância que a separa do padrão nacional nos níveis mais elevados de qualidade.

Essa qualificação encontra respaldo na evolução do corpo docente. Em 2024, os programas baianos registravam 5.597 vínculos docentes, dos quais 79,8% correspondiam a docentes permanentes. Entre 2013 e 2024, o número total de docentes aumentou 59,6%, crescimento muito superior aos 31,9% observados no número de programas. Consequentemente, houve aumento do porte médio dos programas. O crescimento do corpo docente baiano também superou o registrado nacionalmente, que foi de 40,3% no mesmo período.

Mais importante do ponto de vista da capacidade científica é a qualificação desse contingente. A proporção de docentes com doutorado, que já era muito elevada em 2013, passou de 98,3% para 99,3% em 2024. Em termos absolutos, entretanto, a transformação foi expressiva: o número de docentes doutores aumentou de 3.475 para 5.556, crescimento de 59,9%. A pós-graduação baiana passou, portanto, a dispor de uma base de pesquisadores doutorados substancialmente maior do que aquela existente onze anos antes, condição fundamental tanto para a formação avançada quanto para a produção científica.

O fortalecimento da capacidade formativa também aparece na evolução das titulações. Em 2024, aproximadamente 3.600 estudantes concluíram cursos de pós-graduação na Bahia, cerca de três quartos no mestrado e um quarto no doutorado. Entre 2013 e 2024, o número anual de titulados aumentou 51,5%, frente a 40,0% no Brasil. O crescimento baiano foi particularmente expressivo no doutorado e no mestrado profissional. No primeiro caso, o número de titulados cresceu 90,0%, em comparação com 63,4% no país; no mestrado profissional, os aumentos correspondentes foram de 198,5% e 176,2%. Em contraste, o mestrado acadêmico apresentou expansão bem mais modesta, de 14,0% na Bahia e 7,3% nacionalmente.

Essas diferenças são importantes porque indicam uma mudança na própria natureza da formação oferecida. O crescimento acelerado das titulações de doutorado sugere fortalecimento da capacidade do estado de formar pesquisadores e docentes altamente qualificados, enquanto a expansão do mestrado profissional amplia a formação avançada orientada para contextos de atuação profissional. Por outro lado, o fato de o crescimento das titulações ter sido inferior ao aumento do contingente total de estudantes, que alcançou 79,6% no período, merece acompanhamento. Não constitui, por si só, evidência de redução da eficiência, pois os dois indicadores correspondem a fluxos temporalmente distintos, mas sugere a necessidade de observar a capacidade do sistema de converter a expansão das matrículas em formação efetivamente concluída.

A formação de pesquisadores está intrinsecamente associada à produção de conhecimento. Na pós-graduação, a pesquisa desempenha uma dupla função: constitui parte do processo de formação dos estudantes e, simultaneamente, produz resultados científicos, tecnológicos, técnicos e artísticos. Sob essa perspectiva, os dados da Bahia revelam crescimento significativo. Em 2024, os programas do estado registraram 46.992 produtos, dos quais 41,6% foram classificados como acadêmicos, 57,0% como técnicos e 1,4% como artísticos. Entre 2013 e 2024, o total anual de produtos cresceu 26,0%, embora tenha atingido seu ponto máximo em 2021 e apresentado posteriormente alguma redução.

Quando se consideram especificamente as publicações acadêmicas, a tendência é mais acentuada. A produção anual de artigos em periódicos aumentou 81,7% no período, enquanto livros e capítulos cresceram aproximadamente 100%. Em 2024, os programas baianos produziram, em média, cerca de 100 publicações, valor que ultrapassava 200 entre os programas com notas 6 e 7. A média foi de 3,65 publicações por vínculo docente.

A comparação nacional novamente revela um quadro de avanços acompanhado por limitações. Em 2024, a Bahia concentrava 4,7% dos programas e 5,0% dos docentes de pós-graduação do país, mas respondia por 4,1% do total de produtos acadêmicos e dos artigos científicos e por 4,5% dos livros. Sua participação na produção era, portanto, ligeiramente inferior à sua participação na estrutura do sistema. Entretanto, a trajetória mostrou-se mais dinâmica: entre 2013 e 2024, o crescimento de artigos e livros na Bahia superou os percentuais correspondentes registrados nacionalmente.

A qualidade das publicações também apresenta sinais de melhoria. Segundo a classificação Qualis utilizada na base analisada, 18,5% dos artigos produzidos na Bahia estavam classificados como A1 em 2023, último ano considerado para esse indicador, contra apenas 8,5% em 2013. Apesar de mais que duplicar sua participação no período, a Bahia ainda se

situava abaixo do percentual nacional de 22,0%. Novamente emerge o padrão que caracteriza boa parte dos indicadores analisados: forte progresso ao longo do tempo, mas permanência de uma diferença em relação aos patamares nacionais de maior qualificação.

A distribuição territorial da produção oferece, por sua vez, uma evidência particularmente relevante da transformação do sistema baiano. Em 2024, o volume de publicações produzido pelos programas localizados no interior aproximava-se daquele gerado em Salvador. Os programas das universidades estaduais também alcançavam volume de publicações semelhante ao das universidades federais. Esses resultados complementam a análise da seção anterior: a interiorização não significou apenas disseminação territorial da oferta de cursos, mas foi acompanhada pela constituição de capacidade efetiva de produção de conhecimento fora da capital.

Outro indicador dessa capacidade é a produção de patentes. Em 2024, os programas baianos registraram 150 patentes, frente a 71 em 2013, representando crescimento superior a 100%. Das patentes registradas em 2024, 75 estavam associadas a instituições federais, 50 a estaduais e 25 a instituições privadas. A distribuição territorial também se tornou menos concentrada, reforçando a percepção de que a capacidade científica e tecnológica vem se difundindo para além de Salvador. Persistem, contudo, limitações importantes, entre elas a reduzida contribuição das Engenharias e, de maneira algo surpreendente, dos próprios programas profissionais para a geração de patentes.

Em síntese, os indicadores de 2013 a 2024 mostram que a expansão da pós-graduação baiana foi acompanhada por um processo efetivo de qualificação. Cresceram o número de docentes doutores, a formação de mestres e, sobretudo, doutores, a proporção de programas com notas mais elevadas e o volume da produção científica. Além disso, parte dessa capacidade acadêmica difundiu-se territorialmente, como demonstra o crescimento da produção no interior. O sistema baiano de pós-graduação tornou-se, assim, não apenas maior, mas academicamente mais robusto.

Esse avanço permanece, entretanto, incompleto. A Bahia ainda apresenta participação relativamente reduzida nos estratos superiores da avaliação da CAPES, sua contribuição para a produção científica nacional é ligeiramente inferior à participação que possui em programas e docentes, e persistem fragilidades em áreas estratégicas, especialmente nas Engenharias. O desafio que emerge não é mais apenas ampliar a pós-graduação, mas converter a expansão já alcançada em maior densidade científica, excelência acadêmica e capacidade de inovação. Para compreender as condições sob as quais essa transição pode ocorrer, é necessário examinar outra

dimensão fundamental do sistema: os recursos que sustentam a formação e a pesquisa, tema abordado na seção seguinte.

Assimetrias, excelência e financiamento

Os avanços observados na expansão, na formação e na produção científica não eliminaram importantes assimetrias da pós-graduação baiana. Ao contrário, a análise comparativa revela uma característica recorrente: a Bahia apresenta dimensão expressiva e, em diversos indicadores, crescimento superior ao nacional, mas seu desempenho relativo diminui à medida que se consideram indicadores associados aos níveis mais elevados de excelência científica. Essa tensão entre escala e excelência constitui um dos principais desafios para a consolidação do sistema estadual.

A primeira evidência encontra-se na própria avaliação dos programas. Como visto, entre 2013 e 2024 houve redução acentuada da proporção de programas com nota 3 e crescimento daqueles situados nos estratos superiores. Apesar desse avanço, apenas 25,0% dos programas avaliados na Bahia alcançavam nota 5 ou superior, e 6,3% possuíam notas 6 ou 7. No conjunto do país, as proporções correspondentes eram substancialmente maiores. A distância torna-se particularmente significativa porque as notas mais elevadas estão associadas não apenas ao reconhecimento da qualidade acadêmica, mas também à consolidação de grupos de pesquisa, à inserção nacional e internacional e a maiores possibilidades de obtenção de recursos.

A distribuição da excelência também é desigual no interior do próprio sistema baiano. Os programas mais bem avaliados permanecem concentrados em poucas instituições, particularmente na UFBA, enquanto instituições que tiveram papel decisivo na expansão e na interiorização apresentam, em média, menor presença nos estratos superiores da avaliação. A interiorização da oferta e da produção científica, portanto, avançou mais rapidamente do que a desconcentração da excelência. Essa diferença é compreensível, uma vez que programas mais recentes necessitam de tempo para consolidar corpo docente, redes de pesquisa, produção científica e inserção internacional. Ainda assim, ela indica que a próxima etapa da interiorização não pode limitar-se à criação de ofertas, devendo envolver condições para que programas localizados fora dos centros historicamente consolidados avancem qualitativamente.

As assimetrias também possuem dimensão disciplinar. Como observado anteriormente, as Engenharias representam apenas 4,4% dos programas baianos, frente a 9,3% no país, enquanto áreas como a Multidisciplinar possuem participação proporcionalmente elevada. Essa configuração repercute sobre outras dimensões do sistema. A produção das Engenharias, por

exemplo, praticamente não cresceu entre 2013 e 2024, passando de 360 para 378 publicações anuais, enquanto outras áreas apresentaram expansão muito mais acentuada. Também na geração de patentes a contribuição das Engenharias permanece relativamente limitada. Não se trata de estabelecer uma hierarquia entre campos do conhecimento, mas de reconhecer que a reduzida presença de determinadas áreas científicas e tecnológicas pode limitar a diversificação da capacidade estadual de pesquisa e inovação.

Outro indicador relevante de excelência é a inserção dos pesquisadores nos mecanismos nacionais de reconhecimento e fomento à pesquisa. Dados do CNPq referentes a 2025 registram 701 Bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ) na Bahia, equivalentes a 4,2% do total nacional. Embora esse contingente seja expressivo, Pernambuco possuía 785 bolsas. A diferença aumenta quando se consideram apenas as bolsas PQ de nível 1, mais diretamente associadas a pesquisadores com trajetória científica consolidada: eram 141 na Bahia, frente a 215 em Pernambuco e 156 no Ceará. O padrão reforça a conclusão sugerida pelas notas CAPES: a Bahia possui uma base científica ampla, mas ainda apresenta menor densidade relativa no segmento de maior consolidação e liderança acadêmica.

Essa constatação é igualmente visível quando se considera o conjunto dos pesquisadores. Em 2023, quase 16 mil pesquisadores estavam vinculados a grupos de pesquisa na Bahia, dos quais 63,4% possuíam doutorado. O percentual era inferior à média nacional, de 67,9%, e também aos registrados em Pernambuco (75,9%), Rio Grande do Norte (72,7%) e Ceará (69,4%). Há, portanto, uma aparente contradição apenas superficial: embora praticamente todos os docentes vinculados aos programas baianos de pós-graduação sejam doutores, o universo mais amplo de pesquisadores do estado apresenta qualificação inferior à observada em alguns dos principais sistemas científicos do Nordeste. Isso sugere que o fortalecimento alcançado dentro da pós-graduação ainda não se reproduziu com igual intensidade no conjunto da base estadual de pesquisa.

O financiamento ajuda a compreender tanto os avanços quanto as limitações desse quadro. Como ocorre no restante do país, a sustentação básica dos programas cabe às instituições às quais estão vinculados, que arcam com remuneração docente, infraestrutura e parte significativa dos custos de funcionamento. A esse financiamento institucional somam-se os recursos das agências de fomento, entre as quais se destacam, no caso baiano, a CAPES, o CNPq e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

No caso da CAPES, convém distinguir duas formas principais de apoio: a concessão de bolsas e o apoio financeiro aos programas. As primeiras destinam-se diretamente à formação de recursos humanos, enquanto o segundo inclui recursos de custeio e, conforme a modalidade,

de capital destinados ao funcionamento e desenvolvimento das atividades dos programas. Essa distinção é importante porque as duas modalidades possuem bases de cálculo e trajetórias próprias e não devem ser agregadas como se constituíssem uma única medida de financiamento. A própria CAPES disponibiliza separadamente informações sobre concessões de bolsas e sobre recursos de custeio e capital dos programas PROAP e PROEX.

No que se refere às bolsas, a participação federal tem sido decisiva para a expansão da pós-graduação baiana. Em 2024, a Bahia contava com 4.255 bolsas de pós-graduação concedidas pela CAPES, frente a 3.022 em 2013, correspondendo a um crescimento de aproximadamente 41% no período. O estado situava-se entre os principais beneficiários da agência no Nordeste, refletindo a dimensão alcançada por seu sistema de pós-graduação.

O apoio financeiro da CAPES aos programas constitui uma segunda dimensão, distinta das bolsas. Por meio de mecanismos como o Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP) e o Programa de Excelência Acadêmica (PROEX), são concedidos recursos destinados ao custeio das atividades acadêmicas e de pesquisa e, em determinadas situações, a despesas de capital. No presente estudo, esses recursos são tratados separadamente das bolsas. Embora os dados disponíveis indiquem a importância desse apoio para o funcionamento dos programas baianos, não se utiliza aqui uma estimativa agregada de seu valor para todo o período, uma vez que as categorias de financiamento e as respectivas bases de informação requerem tratamento específico para assegurar comparabilidade temporal.

O CNPq apresenta outra dimensão importante do financiamento federal. Em 2025, aproximadamente R$ 100 milhões foram destinados à pesquisa na Bahia, cerca de 67% dos quais na forma de bolsas. O montante ficava abaixo apenas daquele destinado a Pernambuco entre os estados nordestinos. Quando se considera o número total de bolsas do CNPq, de todas as modalidades, a Bahia ocupava a primeira posição regional, com 4.456 bolsas, seguida por Pernambuco, com 4.362, e Ceará, com 2.945.

A comparação entre o total de bolsas e as Bolsas de Produtividade é especialmente reveladora. A Bahia lidera regionalmente no primeiro indicador, fortemente influenciado pelas bolsas destinadas à formação de estudantes, mas perde posição quando o foco se desloca para bolsas associadas a pesquisadores consolidados. Pernambuco, embora possua número menor de programas, supera a Bahia tanto no total de Bolsas PQ quanto, de maneira ainda mais pronunciada, nas bolsas de nível 1. Em termos analíticos, essa diferença sintetiza parte importante do cenário estadual: a capacidade de formação expandiu-se mais rapidamente do que a concentração de excelência científica no nível mais elevado.

A forte presença do financiamento federal contrasta, entretanto, com as limitações do financiamento estadual. A FAPESB constitui o principal instrumento do governo da Bahia para o apoio à pesquisa e à formação de recursos humanos e, por determinação legal, deve receber recursos equivalentes a 1% da receita tributária líquida anual do estado. Os dados fornecidos pela própria Fundação revelam, contudo, uma diferença persistente entre os valores orçados e aqueles efetivamente disponibilizados.5 Entre 2020 e 2025, a diferença entre os recursos previstos e os efetivamente empenhados correspondeu a perdas anuais entre 45% e 57%, alcançando 48,7% em 2025. Esse resultado não parece decorrer principalmente de dificuldades internas de execução, uma vez que a FAPESB executou aproximadamente 98% dos recursos efetivamente recebidos no período.

A restrição torna-se mais evidente quando o financiamento estadual é comparado ao federal. Segundo dados comparativos do Sou Ciência (ver nota 4), entre 2020 e 2024, o orçamento previsto para a FAPESB cresceu 11,5%, enquanto os recursos destinados à Bahia pela CAPES e pelo CNPq aumentaram, respectivamente, 44,0% e 55,2%. Como consequência, a participação da Fundação no conjunto dos recursos provenientes das três principais agências de fomento diminuiu de 33,5% para 29,3%. A tendência baiana contrasta com a observada nacionalmente, onde as FAPs ampliaram sua participação no financiamento da ciência e da pesquisa. Em 2024, a contribuição da FAPESB para o conjunto dos investimentos em CT&I na Bahia correspondia a aproximadamente 26,1%, frente a uma média de cerca de 37,5% para as FAPs no plano nacional.

Também merece atenção a composição do financiamento estadual. De acordo com os mesmos dados comparativos, enquanto as FAPs brasileiras destinam, em média, parcelas relativamente próximas de seus recursos à concessão de bolsas e ao financiamento direto de projetos de pesquisa, na FAPESB 63,8% dos recursos eram destinados a bolsas e 21,4% ao financiamento direto da pesquisa. Essa configuração evidencia uma orientação particularmente forte para a formação de recursos humanos, contribuição importante para a expansão da pós-graduação baiana, mas que reduz relativamente a capacidade da Fundação de financiar diretamente projetos e utilizar o fomento como instrumento de indução científica. Em conjunto, a irregularidade dos repasses e a composição dos gastos reduzem a previsibilidade do financiamento estadual e limitam a possibilidade de formular políticas de médio e longo prazo capazes de complementar estrategicamente os mecanismos federais.

[5] Conforme indicado na nota 4, informações sobre orçamento, repasses e execução financeira da FAPESB referentes ao período de 2020 a 2025 foram fornecidas diretamente pela Fundação aos autores.

Essa questão remete a uma distinção importante entre financiamento de manutenção e financiamento estratégico. CAPES e CNPq desempenham papel indispensável na sustentação da pós-graduação e da pesquisa baianas, mas operam segundo prioridades e critérios nacionais. Um sistema estadual que pretenda reduzir suas próprias assimetrias necessita também de capacidade de indução local. Isso pode envolver o fortalecimento de grupos emergentes, a consolidação de programas do interior, a fixação de jovens doutores, o estímulo à cooperação entre instituições e o apoio a áreas científicas e tecnológicas ainda sub-representadas. Há necessidade de articular financiamento estável, elevação qualitativa e incentivos direcionados a áreas prioritárias.

Os dados examinados nesta seção permitem, assim, qualificar a interpretação desenvolvida ao longo do artigo. A Bahia não apresenta um sistema frágil de pós-graduação. Ao contrário, possui dimensão nacionalmente relevante, ampla capacidade formativa, crescente interiorização e produção científica em expansão. Suas principais limitações aparecem quando a análise se desloca da quantidade para a densidade da excelência. A menor proporção de programas 5, 6 e 7, o número relativamente reduzido de Bolsas PQ de nível 1, a concentração institucional da excelência e a fragilidade de determinadas áreas estratégicas apontam para uma etapa de desenvolvimento distinta daquela que predominou nas últimas décadas.

Nesse sentido, o principal desafio da pós-graduação baiana parece estar mudando. A expansão continua necessária, sobretudo onde persistem vazios territoriais e disciplinares, mas já não constitui, isoladamente, o problema central. Torna-se cada vez mais importante consolidar o que foi expandido, reduzir as assimetrias internas e criar condições para que uma parcela maior dos programas e pesquisadores alcance os níveis superiores de qualidade e liderança científica. Para isso, a continuidade do financiamento federal permanece essencial, mas precisa ser acompanhada por uma política estadual de ciência, tecnologia e pós-graduação dotada de maior estabilidade, capacidade de indução e continuidade.

Discussão

Os resultados apresentados permitem interpretar a evolução recente da pós-graduação baiana como um processo simultâneo de expansão, desconcentração e qualificação, mas sem convergência plena em relação aos níveis mais elevados do sistema nacional. Entre 2013 e 2024, a Bahia ampliou o número de programas, docentes, discentes e titulados, fortaleceu a formação doutoral e profissional, expandiu a produção científica e avançou na avaliação da CAPES. Ao mesmo tempo, a pós-graduação tornou-se institucional e territorialmente menos

concentrada. O sistema existente ao final do período era, portanto, não apenas maior, mas substancialmente diferente daquele observado no início da série.

A interiorização constitui uma das expressões mais importantes dessa transformação. A expansão das universidades estaduais, a criação de novas universidades federais e o fortalecimento de instituições situadas fora de Salvador contribuíram para ampliar a presença da pós-graduação no território baiano. Mais significativo ainda, a desconcentração não se limitou à localização dos programas. O crescimento das titulações e, sobretudo, a aproximação entre interior e capital no volume da produção científica indicam a formação de capacidade acadêmica efetiva fora de Salvador. Trata-se de resultado relevante diante da tendência, identificada no sistema brasileiro, de a desconcentração geográfica dos programas avançar mais rapidamente do que a desconcentração da excelência (Tischer; Turnes, 2024).

Os dados baianos mostram, entretanto, que essa mesma tensão permanece presente no âmbito estadual. A interiorização da oferta e da produção avançou mais rapidamente do que a distribuição dos programas situados nos níveis superiores da avaliação. A excelência continua concentrada principalmente na UFBA e em número relativamente reduzido de programas. A trajetória baiana confirma, assim, que interiorizar não significa automaticamente desconcentrar a excelência. Programas mais recentes necessitam de tempo, estabilidade institucional, pesquisadores consolidados, infraestrutura e redes de cooperação para alcançar níveis comparáveis aos de programas estabelecidos há décadas.

Fenômeno semelhante aparece quando a Bahia é comparada ao conjunto do país. Em vários indicadores, o estado cresceu proporcionalmente mais do que a média nacional. Isso ocorreu com o corpo docente, as titulações de doutorado e diferentes modalidades de produção científica. Entretanto, sua participação nos estratos superiores da avaliação da CAPES, nos artigos classificados nos níveis mais elevados e em indicadores de liderança científica permanece inferior à dimensão alcançada pelo sistema. Em termos sintéticos, a Bahia avançou mais rapidamente em escala do que em densidade de excelência.

Essa distinção ajuda a compreender um resultado que, à primeira vista, poderia parecer contraditório. A Bahia possui ampla base de formação e pesquisa, lidera ou ocupa posição destacada no Nordeste em diversos indicadores quantitativos e recebe volume significativo de bolsas federais. Quando se consideram indicadores mais seletivos de consolidação científica, contudo, sua posição relativa se reduz. O contraste com Pernambuco é particularmente ilustrativo: a Bahia apresenta maior número de programas e, em 2025, maior número total de bolsas do CNPq, mas Pernambuco supera o estado em Bolsas de Produtividade em Pesquisa e, sobretudo, nas bolsas PQ de nível 1. Não se trata, portanto, de insuficiência generalizada da

capacidade científica baiana, mas de menor concentração relativa de pesquisadores e programas nos níveis superiores de reconhecimento.

As assimetrias disciplinares reforçam essa interpretação. A reduzida participação das Engenharias, acompanhada por crescimento limitado de sua produção científica no período analisado, revela que a expansão não ocorreu de forma equilibrada entre os campos do conhecimento. Essa característica assume relevância particular quando se consideram os objetivos de desenvolvimento científico, tecnológico e econômico do estado. Não se trata de privilegiar determinadas áreas em detrimento de outras, mas de reconhecer que um sistema regional diversificado necessita de capacidade científica suficientemente distribuída para responder a diferentes demandas sociais, econômicas, culturais e tecnológicas.

O financiamento constitui, nesse sentido, mais do que uma condição operacional: representa um dos mecanismos capazes de influenciar a direção futura do sistema. A expansão observada nas últimas décadas contou com forte participação federal, particularmente por meio das bolsas da CAPES e do financiamento do CNPq. Essa sustentação foi fundamental para ampliar a capacidade formativa e científica da Bahia. Ao mesmo tempo, a menor estabilidade do financiamento estadual limita a possibilidade de desenvolver políticas de indução especificamente orientadas para as necessidades do estado.

Esses resultados apresentam implicações importantes para a próxima etapa de desenvolvimento da pós-graduação baiana. A primeira refere-se à própria prioridade atribuída à expansão. A criação de novos programas continua necessária onde persistem lacunas territoriais e disciplinares, mas os dados sugerem que o desafio central se desloca progressivamente da ampliação quantitativa para a consolidação qualitativa. Em um sistema que já alcançou dimensão expressiva, a criação de novas ofertas precisa ser acompanhada pelo fortalecimento dos programas existentes e pela ampliação de sua capacidade de formação, pesquisa e inserção científica.

Uma segunda implicação diz respeito à interiorização. A expansão territorial observada constitui uma conquista importante, mas seus resultados indicam a necessidade de uma nova etapa da interiorização, orientada não apenas para a presença de programas fora da capital, mas também para sua consolidação acadêmica. Isso implica criar condições para que instituições e programas localizados no interior desenvolvam grupos de pesquisa mais consolidados, ampliem redes de cooperação, fortaleçam a formação doutoral e aumentem sua presença nos níveis superiores da avaliação. A redução das desigualdades territoriais depende, portanto, de combinar acesso geográfico com qualidade acadêmica.

Uma terceira implicação decorre das diferenças entre áreas do conhecimento. A expansão futura pode contribuir para corrigir lacunas em campos ainda sub-representados, particularmente aqueles relacionados às Engenharias, sem comprometer o fortalecimento das áreas nas quais a Bahia já desenvolveu capacidade reconhecida. Mais do que buscar uma distribuição uniforme entre campos distintos, trata-se de identificar desequilíbrios que possam limitar a capacidade científica, tecnológica, social e cultural do estado e utilizar mecanismos de indução para enfrentá-los.

Finalmente, os resultados apresentam implicações para o financiamento. CAPES e CNPq permanecem fundamentais para a sustentação da pós-graduação e da pesquisa, mas políticas nacionais, por sua própria natureza, não são formuladas especificamente para corrigir as assimetrias internas de cada estado. Uma política estadual mais estável pode exercer função complementar, apoiando programas emergentes, promovendo cooperação entre instituições, estimulando áreas estratégicas e contribuindo para a fixação e consolidação de pesquisadores. Nesse sentido, a previsibilidade e a capacidade de execução do financiamento estadual tornam-se componentes importantes de uma política voltada não apenas à expansão, mas à qualificação do sistema.

Essas implicações convergem com a orientação do VII Plano Nacional de Pós-Graduação 2025–2029, que inclui as assimetrias regionais e a mobilidade intranacional entre os temas estratégicos para o desenvolvimento do SNPG, juntamente com avaliação, fomento, internacionalização, pesquisa, extensão e inovação (CAPES, 2026). A experiência da Bahia sugere, contudo, que a redução das assimetrias assume características específicas em sistemas regionais que já alcançaram dimensão significativa. Nesses casos, o desafio não consiste simplesmente em promover mais pós-graduação, mas em criar condições para que a capacidade instalada se traduza em qualidade mais amplamente distribuída, maior liderança científica e desenvolvimento regional sustentável.

Considerações finais

Este artigo procurou responder em que medida a expansão da pós-graduação na Bahia entre 2013 e 2024 foi acompanhada por interiorização, diversificação e elevação da qualidade, e quais assimetrias permanecem em relação ao sistema nacional. Os resultados permitem uma resposta relativamente clara. A expansão foi acompanhada por mudanças qualitativas substantivas, mas essas mudanças ocorreram com intensidades distintas e não produziram convergência plena com os segmentos mais consolidados do SNPG.

Ao longo do período, a pós-graduação baiana tornou-se maior, institucionalmente mais diversificada e territorialmente menos concentrada. Cresceram a formação doutoral e profissional, o contingente de docentes doutores, as titulações e a produção científica. A melhoria da distribuição das notas CAPES demonstra que expansão e qualidade não constituíram processos antagônicos. Da mesma forma, a crescente participação do interior na produção científica indica que a desconcentração territorial começou a produzir capacidade acadêmica para além da simples presença de cursos.

Persistem, entretanto, assimetrias importantes. A participação dos programas baianos nos estratos superiores da avaliação permanece abaixo da média nacional; a excelência continua institucionalmente concentrada; algumas áreas, especialmente as Engenharias, apresentam presença reduzida; e indicadores de liderança científica, como as bolsas PQ de nível 1, mostram desempenho menos favorável do que seria esperado pela dimensão do sistema. A forte contribuição do financiamento federal contrasta ainda com limitações na capacidade estadual de sustentar políticas próprias de indução científica.

As implicações desses resultados são tanto acadêmicas quanto institucionais e políticas. Do ponto de vista acadêmico, indicam que o desenvolvimento de um sistema regional de pós-graduação não pode ser avaliado apenas pela ampliação do número de programas, docentes e discentes, mas também por sua capacidade de gerar formação qualificada, produção científica e núcleos de excelência mais amplamente distribuídos. Do ponto de vista institucional, sugerem que a interiorização precisa avançar para uma etapa de consolidação, na qual a expansão territorial seja acompanhada pelo fortalecimento acadêmico dos programas e das instituições localizadas fora dos centros tradicionais. Do ponto de vista das políticas públicas, apontam para a necessidade de combinar expansão seletiva, consolidação dos programas existentes, redução de desequilíbrios entre áreas do conhecimento e maior estabilidade do financiamento estadual, mantendo-se a contribuição fundamental das agências federais.

A experiência baiana evidencia, assim, um desafio de alcance mais amplo para o SNPG: expansão e desconcentração territorial constituem condições necessárias, mas não suficientes para reduzir desigualdades regionais. A consolidação de sistemas regionais de pós-graduação depende da capacidade de transformar expansão institucional em densidade científica, excelência mais amplamente distribuída e sustentabilidade. É nessa passagem da expansão para a consolidação qualitativa que residem as principais implicações das tendências recentes aqui analisadas para o futuro da pós-graduação na Bahia.

Agradecimentos
Os autores agradecem à Academia de Ciências da Bahia (ACB) pelo apoio à realização do trabalho que deu origem a este artigo, e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) pelo fornecimento de dados e informações utilizados na análise.

Referências

CAPES. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *GeoCAPES: Sistema de Informações Georreferenciadas*. Brasília, DF: CAPES, 2025a. Disponível em: GeoCAPES. Acesso em: 07 ago. 2026.

CAPES. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Plano Nacional de Pós-Graduação 2025–2029*. Brasília, DF: CAPES, 2026. 394 p. DOI: 10.21713/PNPG2025-2029. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/. Acesso em: 11 ago. 2026.

CAPES. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Plataforma Sucupira*. Brasília, DF: CAPES, 2025b. Disponível em: Plataforma Sucupira. Acesso em: 11 ago. 2026.

CNPq. CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. *Painel de Fomento em Ciência, Tecnologia e Inovação*. Brasília, DF: CNPq, 2025. Disponível em: Painel de Fomento em Ciência, Tecnologia e Inovação. Acesso em: 07 ago. 2026.

FAPESB. FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DA BAHIA. *Transparência*. Salvador: FAPESB, 2025. Disponível em: https://www.fapesb.ba.gov.br/transparencia. Acesso em: 07 ago. 2026.

ROSA, Dora Leal; VERHINE, Robert Evan; OLIVEIRA, Ronaldo Lopes. *A pós-graduação stricto sensu na UFBA: os anos iniciais e as tendências contemporâneas*. Salvador: UFBA, 2018. 110 p. ISBN 9788582921821.

SOU CIÊNCIA – CENTRO DE ESTUDOS SOCIEDADE, UNIVERSIDADE E CIÊNCIA. *Painéis*. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2025. Disponível em: https://souciencia.unifesp.br/paineis-todos. Acesso em: 13 ago. 2026.

TISCHER, Wellington; TURNES, Valério Alecio. Expansão da pós-graduação ou concentração da excelência? Desigualdades regionais persistentes no Brasil. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, Brasília, DF, v. 19, n. 40, p. 1–31, 2024. DOI: 10.21713/rbpg.v19i40.2110.

VERHINE, Robert Evan; ROSA, Dora Leal. *Plano Nacional de Pós-Graduação 2025–2029: implicações para o Estado da Bahia*. Salvador: Academia de Ciências da Bahia, 2026. DOI: 10.5281/zenodo.19748522. Disponível em: https://zenodo.org/records/19748522. Acesso em: 30 abril. 2026.

Sobre os autores:

Robert Verhine. Doutor em Educação, Universitat Hamburg, Alemanha. Professor Titular Emérito da Universidade Federal da Bahia. Grupo Políticas e Gestão da Educação, PPGED/UFBA.
Contribuição da autoria: conceitualização; análise formal; metodologia; redação e revisão.
Currículo Lattes: https://lattes.cnpq.br/8612465206032005

Dora Leal Rosa. Doutor em Educação, Universidade Federal da Bahia. Professor Associado aposentado. Grupo Políticas e Gestão da Educação, PPGED/UFBA.
Contribuição da autoria: conceitualização; análise formal; metodologia; redação e revisão.
Currículo Lattes: https://lattes.cnpq.br/1083776714743105

Como referenciar

VERHINE, Robert; ROSA, Dora Leal. Expansão, interiorização e qualidade da pós-graduação na Bahia: tendências recentes e implicações. Versão atualizada (2026) do *template* da Revista Práxis Educacional. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 22, n. 53, e21117, 2026. DOI: 10.22481/praxisedu.v22i53.21117